

A mercadorização do saber como produto do neoliberalismo de Milton Friedman e a metáfora da “rã na chaleira”¹

Lourenço Stelio Rega²

Introdução

O presente trabalho pretende apresentar o paradigma de Estado proposto pelo neoliberalismo de Milton Friedman e as suas relações com a sociedade, bem como o tipo de indivíduo que se pretende formar neste paradigma e, portanto, qual é a ocupação que o sistema educacional assume para que possa cumprir o seu papel na formação desse indivíduo almejado. Num primeiro momento, será apresentada uma descrição abreviada dos paradigmas de Estado de Friedman e seu relacionamento com a sociedade. Em seguida qual o significado do indivíduo e o papel da educação no sistema de Friedman, para no final ser apresentada uma avaliação crítica das conseqüências neoliberais aplicadas no sistema educacional, inclusive sentidas nos dias de hoje, demonstrando como um sistema político, no caso o neoliberalismo, interfere e conforma o sistema educacional no atendimento da demanda dos novos paradigmas de Estado que procuram conformar a sociedade e o indivíduo aos seus objetivos.

Milton Friedman, de descendência russa, nasceu em 31 de julho de 1912, no Brooklyn, NY, e tem sido reconhecido como um dos pilares do monetarismo econômico. *Capitalismo e liberdade* (Nova Cultural, 1985) é uma de suas principais obras e será utilizada como referencial neste trabalho acadêmico. Na apresentação da tradução brasileira do livro, o professor Miguel Colassuono (p. XIV) afirma que Friedman procura demonstrar neste livro que o binômio capitalismo e liberdade “oferece a oportunidade para a prosperidade material da humanidade e que propicia condições para o florescimento e desenvolvimento da criatividade.”

O indivíduo e a sociedade para o neoliberalismo

Um dos principais pontos de partida para Friedman é que a pessoa deve ser

¹ Este ensaio foi produzido pelo autor como atividade acadêmica para a matéria Estado, Sociedade e Educação, ministrada pelo Dr. João dos Reis Silva Júnior, no segundo semestre de 1998, no programa de Mestrado em Educação (História Política Sociedade) da PUC. Foi publicado na *Revista da Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP*, ano IX (23), 2000, pgs. 155-164. ISSN 10104-3803

² Lourenço Stelio Rega é Bacharel em Teologia, Mestre em Teologia (especialização em Ética), pós-graduado em Análise de Sistemas, Extensão pedagógica em Ensino Superior, Licenciando em Filosofia, Mestre em Educação (especialização em História da Educação) e Doutorando em Ciências da Religião (Teoria de Metodologia da História). Foi Deão da Faculdade Teológica Batista de São Paulo, onde hoje é

entendida em sua individualidade e liberdade. Em seu liberalismo, Friedman acredita que o objetivo das organizações sociais é a liberdade do indivíduo e qualquer interferência feita por qualquer organização econômica no sistema de mercado infringe as liberdades individuais.

Neste caso o Estado dever ser restringido a fins limitados como determinador das regras do sistema e árbitro na interpretação, além de tornar concretas as regras estabelecidas. Cabe, portanto, ao Estado proteger a liberdade individual, preservando a lei e a ordem, promovendo a necessária competição no mercado.

Segundo a sua opinião, as desigualdades humanas serão melhor equacionadas por esse sistema proposto, uma vez que ele mesmo gera progresso econômico e, em consequência, reduzir as desigualdades por oferecer opções que deverão ser buscadas pelos indivíduos.

Mas como explicar a realidade inegável das desigualdades? Friedman resolve esse dilema demonstrando que a desigualdade é debitada ao próprio indivíduo em sua opção de buscar oportunidades adequadas de trabalho, por exemplo, de trabalhar mais ou buscar um tipo mais rentável de trabalho oferecido pelo mercado, ainda que isso tenha embutido um maior risco.

Para Friedman, portanto, o cidadão é o indivíduo livre, mas também responsável pela sua liberdade. A democracia ocorrerá se, além da liberdade política houver também a liberdade econômica. Neste sentido ele afirma que “de um lado, a liberdade econômica é a parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.” (p. 17)

Um novo paradigma de Estado

Friedman, para a manutenção do cidadão livre, vai propor uma mudança no paradigma de Estado requerendo a supressão da dependência do indivíduo pelo Estado e, portanto, do **Estado de Bem-Estar Social**, para o que poderíamos chamar de **Estado Gestor** com toda sua racionalidade que passará a paradigmaticar todos os aspectos da vivência humana. Silva Jr. & Sguissardi (1998, p. 99) afirmam que o Estado Gestor “carrega em si a racionalidade empresarial das empresas capitalistas transnacionais, tornando-se, agora, as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das fábricas, as

o seu Diretor Geral e professor de Ética, Bioética, Filosofia da Religião e Grego do NT. Ex-presidente da Associação Brasileira de Instituições de Ensino Teológico (ABIBET).

verdadeiras teorias políticas do Estado moderno.”

Este Estado Gestor utilizará a técnica do mercado que é a direção indicada pela cooperação voluntária dos indivíduos, em vez da coerção que é a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno (p. 21). Ele defende um Estado que permita um capitalismo competitivo como um modelo funcional de sociedade organizada sobre uma base de troca voluntária num ambiente de economia livre. Para que isso ocorra será preciso observar as leis naturais de mercado em que o consumidor é protegido da coerção do vendedor e vice-versa, considerando outros consumidores. E o mercado faz isso de forma impessoal sem o concurso da intervenção de qualquer autoridade. (p. 23)

O mercado livre não impedirá a necessidade de um governo, que será necessário para funções bem específicas e delimitadas por Friedman: (1) estabelecer as regras do funcionamento da sociedade (as regras do jogo, segundo ele); (2) ser árbitro na interpretação das regras estabelecidas; e, (3) colocar em vigor essas regras. Assim, segundo Friedman, o Estado tem as funções de legislar, julgar e manter a ordem, para que as liberdades individuais não sejam desrespeitadas pelas leis do mercado.

Para Friedman a preservação da liberdade requer a maior eliminação possível da concentração de poder e a dispersão e distribuição de todo o poder que não puder ser eliminado. Deveria, então haver um sistema de controle e equilíbrio. Para que a liberdade individual possa ser preservada, o indivíduo deverá se mostrar competente para isso e portanto ser o responsável e ter condições de ganhar a vida³, mas ao mesmo tempo, o Governo deve agir de modo a que essa liberdade possa ser preservada.

O Governo deverá promover o ideal da unanimidade entre os indivíduos responsáveis e isso será alcançado na base da discussão livre e completa. Nessa abordagem, o mercado exerce papel importante no sentido de permitir a unanimidade sem conformidade e torna-se um sistema de efetiva representação proporcional (p. 29). Para Friedman, o mercado passa a ter fundamental papel a ponto de afirmar que

o uso amplo do mercado reduz a tensão aplicada sobre a intrincada rede social por tornar desnecessária a conformidade, com respeito a qualquer atividade que patrocinar. Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre. (p. 30)

O governo, em sua função legislativa e arbitral, será necessário pois,

³ Fazendo uma comparação entre o socialismo e o capitalismo, Friedman afirma que numa sociedade de mercado livre é suficiente ter fundos para que o indivíduo possa exercer sua liberdade. Já numa sociedade socialista, não seria suficiente ter fundos, mas acatar a coerção do Estado. (p. 26)

mesmo com a lei natural do mercado, a liberdade individual absoluta será impossível e quando as liberdades dos homens entrarem em conflito a liberdade de uns deve ser limitada para preservar a de outros. A manutenção da lei e da ordem pelo governo manterá a atividade econômica através da troca voluntária evitando a coerção de um indivíduo pelo outro. Caberá, então ao governo definir o significado de direitos de propriedade, a sua interpretação e a sua execução e fornecimento de uma estrutura monetária. Friedman assim recupera os paradigmas de Estado propostos por Adam Smith, só que os atualiza pela sua concepção monetarista.

O Estado assim concebido por Friedman é um **Estado mínimo** indicando que o papel do governo é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só - determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do sistema (p. 33). O monopólio ou o Estado monopolista é um grave pecado segundo a concepção de Friedman. No exercício destas novas funções o Estado deverá ser mínimo, mas será **forte** porque ao mesmo tempo que ele descentraliza diversas atividades fora de seu novo âmbito e papéis, continua mantendo o controle sobre a eficiência da iniciativa privada. Com o Estado mínimo surge uma restrição da esfera pública e da ação do Estado no âmbito da economia e no social, mas, cabe ao Estado regulamentar e modelar as diretrizes que vão dar rumo às instituições e à iniciativa privada e exigir o seu cumprimento, embora o financiamento para o funcionamento delas fique sob o encargo da iniciativa privada. Em outras palavras, o Estado diz o que fazer, mas não o como fazer, e nem se encarrega em pagar a conta.

Por uma educação mercadorizada

Enquanto que no Estado de Bem-Estar Social há a preocupação com as situações básicas para a vida do cidadão, no Estado Gestor, a educação e a saúde, por exemplo, são problemas que as famílias devem resolver e também financiar. O Estado de Friedman está preocupado com a proteção do capital e não do trabalho, que deverá ser orientado por um modelo de competência que promove a fusão do homem como mercadoria de trabalho, sendo ele o seu único responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

O financiamento da educação fica por conta do indivíduo para que haja a preservação de sua liberdade, pois assim se mantém o equilíbrio entre a liberdade política e a econômica. Ele defende que deve haver a promoção de uma forma de igualdade no plano individual para se estabelecer a democracia no âmbito político e no

âmbito econômico e propõe uma espécie de salário educação com os famosos cupons.

Na reorganização do sistema educacional pretendida pelo neoliberalismo a educação passa a ser feita utilizando-se políticas econômicas e gerenciais em vez de políticas educacionais. A educação passa a ser um assunto de negócios gerenciais. E neste sentido Oliveira (1998, p. 97) afirma que “as funções da docência, supervisão, orientação e direção que caracterizam tradicionalmente a educação, foram sendo substituídas pela gerência do processo, pelo controle da qualidade, pela padronização e pela organização escolar.” A educação **deixa de ser auto-referida** e passa, assim, a ser dependente da economia de onde recebe seus novos construtos organizadores e delimitadores de sua missão e razão de ser.

Até o papel do professor é radicalmente alterado uma vez que, para atender a demanda do mercado, ele deve despir-se do papel politizante da realização pedagógica e toda escola acaba assumindo uma função burocrática e administrativa, que no modelo comum de escola é uma atividade-meio e agora, na abordagem neoliberal, passa a ser uma atividade-fim, transformando-a num mero instrumento de reprodução desejada pelas demandas do mercado. E, por isso, o professor também acaba sendo excluído das decisões educacionais, pois nada tem a dizer e referenciar nas escolhas que devem agora ser tomadas à luz de princípios mercantis e não mais educacionais e formativos do cidadão como sujeito histórico concreto que necessita desenvolver uma visão crítica da realidade, mas que agora estará sendo apenas instrumentalizado como um “capital humano”, mercadoria do ensino e consumidor contratante dos serviços educacionais.

Assim a educação deixa de promover sementes para o futuro do cidadão para se tornar uma mercadoria. Há, agora, uma mercadorização do saber e o homem é coisificado para sobreviver dentro de um ambiente de competitividade que os especialistas chamam de hobbesiano, onde todos devem lutar contra todos. A educação deixa de ser educação para ser adestramento para a competição do mercado e conseqüente sobrevivência num mundo conspiratório dos mais aptos.

O que o neoliberalismo faz “é adequar a educação às exigências que o mercado e a sociedade tecno-industrial determinam ... nesta propositura, as palavras-de-ordem passam a ser **eficiência e custo**, deslocando-se o eixo dos meios para os processos, promovendo a desqualificação do magistério, o atrelamento da escola aos interesses do capital e o desvinculamento dos seus determinantes sociopolíticos” (Oliveira, 1998, p. 110, 111).

Uma leitura crítica da sistema educacional neoliberal

Na proposição dos novos paradigmas norteadores há uma alteração radical em diversos elementos do sistema educacional. Assim, os especialistas em educação devem ser substituídos por novos agentes educativos atrelados ao empresariado como uma vertente decisiva no estabelecimento das novas políticas educacionais (leiam-se políticas econômicas), dos objetivos e mesmo dos conteúdos educacionais. Oliveira é contundente em dizer “que quem dita as normas, quem aponta os objetivos, quem, enfim, indica os caminhos a serem trilhados pela educação são os empresários” (1998, p. 123,124). Assim é inaugurada uma espécie do que eu chamaria de **pedagogia mínima** que deve garantir a sobrevivência da instituição escolar diante das exigências do mercado e da concorrência com outras instituições. Até a escolha das disciplinas e dos conteúdos sofre forte seletividade elegendo-se certas capacidades⁴ em detrimento de outras que capacitam o aluno como sujeito histórico construtor do seu cotidiano e participante de uma cidadania responsável.

Por isso mesmo, a educação neoliberal é **imediatista** e **amorfa**. Imediatista porque está preocupada em adestrar o aluno para as demandas contemporâneas do mercado que ele deve *enfrentar*, e por isso mesmo é uma educação **instrumental**. É amorfa porque, deixando de ser auto-referida, a educação não deixa para o aluno a perspectiva de um futuro histórico do qual ele deve ser construtor no conjunto da coletividade.

O projeto de educação neoliberal, fruto das idéias postuladas por Friedman, não gera uma massa crítica com seus alunos, deixando de exercer a sua função política. Neste sentido, Gentilli afirma que “outras das operações centrais do pensamento neoliberal em geral e, em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas” (1997, p. 18). Os problemas sociais e mesmo os educacionais são despídos se sua concretude e de seus significados simbólicos e políticos passando a ser tratados como questões técnicas ligadas a conceitos de eficácia e eficiência gerencial. A panacéia contemporânea oferecida como terapia gerencial para, por exemplo, o fracasso ou evasão escolar é um programa de Qualidade Total.

Pablo Gentilli ainda nos lembra que

⁴ ler, escrever, competência na vivência do cotidiano atendendo às demandas de sobrevivência do mercado e nas soluções dos problemas do cotidiano, assim, a matemática e as ciências são valorizadas.

o que deve difundir-se para o interior do sistema escolar são as relações mercantis da concorrência. Em suma, é o próprio sistema educativo que precisa começar a funcionar como um *mercado*. Se esta lógica se expande e penetra capilarmente nas relações internas das instituições educacionais, a matrícula expandir-se-á quase 'naturalmente'. Em última instância, isto dependerá do livre jogo de oferta e demanda que ocorrerá no interior do sistema. O neoliberalismo formula uma promessa de qualidade de que se deriva desta lógica mercantil ... sem *concorrência meritocrática* é impossível alcançar critérios de qualidade na na distribuição do serviço ... (1998, p. 112 - os grifos são do próprio autor)

Neste sentido, o prof. João dos Reis da Silva Jr. afirmou que “hoje estamos produzindo um novo paradigma público, um novo contrato social em que temos um paradigma gerencial de competência segregacional e de exclusão em vez de uma política de inclusão. Os incluídos serão os cidadãos clientes que devem se formar e se habilitar para ter sustento, adquirir bens e acumular riquezas. temos aí um regime de apartação e, portanto, seletivo.”⁵ Esta ação excludente e ampliação do segregacionalismo é nada mais do que um farisaísmo prosaico que despreza a natureza humana de seu significado histórico e faz com que a educação seja uma mercadoria ou meramente uma prestação de serviços.⁶ Colocando a possibilidade excludente do indivíduo no sistema educacional, o que Friedman e o neoliberalismo fazem é defender a extinção da pessoa e a inauguração da era do não-ser.

A metáfora da rã na chaleira

E para concluir nada mais do que explicitar a metáfora da **rã na chaleira**. Se tentarmos pegar uma rã para atirá-la numa chaleira com água fervente, ela resistirá e lutará para sobreviver. Mas se pegarmos a mesma rã para colocá-la dentro de uma chaleira com água fria e depois colocarmos essa chaleira num fogo brando, a rã não vai pular da chaleira e irá se acomodando com a água que aos poucos irá se aquecendo. Quando ela perceber, será tarde demais para se salvar. Assim, será com a invasão do neoliberalismo e com as suas conseqüências em toda esfera da concreteza humana, principalmente na educacional. Devemos nos sentir incomodados a tempo de buscar as alternativas adequadas para o enfrentamento da mercadorização do saber e da clientelização de nossos alunos que estão sendo colocados numa situação de confronto com sistema educacional através de uma ação aparentemente conspiratória contra o próprio futuro histórico da humanidade.

⁵ Aula proferida na PUC-SP, no dia 28 de outubro de 1998, na disciplina *Estado, Sociedade e Educação*, do curso de Mestrado em Educação : História, Política e Sociedade.

⁶ Em São Paulo, um dos maiores protagonistas desse paradigma é o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino que tem uma política agressiva de orientação aos associados, que, para se protegerem no

BIBLIOGRAFIA

- FRIEDMAN, Milton. (1985) *Capitalismo e liberdade*. São Paulo : Nova Cultural.
- GALVÃO, Antônio Mesquita. (1997) *A crise da ética - o Neoliberalismo como causa da exclusão social*. Petrópolis : Vozes.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca (org). (1997) *Globalização, metropolização e políticas neo-liberais*. São Paulo : EDUC.
- GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu da. (1997) *Neoliberalismo, qualidade total e Educação - visões críticas*. Petrópolis : Vozes.
- GENTILI, Pablo A. A. (1998) *A falsificação do consenso - simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis : Vozes.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. (1998) *Escola ou empresa?* Petrópolis : Vozes.
- SILVA JR., João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar. (1999) *Novas faces da educação superior no Brasil - reforma do Estado e mudança na produção*. Bragança Paulista : EDUSF.

Fonte: indicar a fonte que aparece na nota 1 e onde obteve o texto: www.teologica.br